

A relação entre a transparência digital dos municípios cearenses e seus indicadores políticos, sociais e econômicos

The relationship between digital transparency in the municipalities of Ceará and their political, social and economic indicators

Gleison Mendonça Diniz¹
Paulo Araújo Pontes²
Bruno Goes Pinheiro³

RESUMO

O estudo trata da transparência digital de municípios cearenses quanto às informações e serviços dispostos em seus portais eletrônicos. O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o nível de transparência digital dos sites dos municípios cearenses com seus indicadores políticos, sociais e econômicos. A pesquisa tem natureza quantitativa e utilizou 64 indicadores gerais para composição de um índice de transparência digital para cada município. Os dados foram coletados nos sites ativos dos municípios do Ceará, correspondendo a 157 portais eletrônicos, com suporte em um roteiro de observação para navegação orientada nos sites municipais. Com apoio nos parâmetros definidos no modelo, inferiu-se, a partir da utilização de indicadores políticos, sociais e econômicos, que apenas a inclusão digital, o PIB *per capita* e a receita de transferências correntes sobre receitas correntes exercem influência quanto à transparência digital das informações e serviços dos *sites* municipais cearenses.

1 Pós-doutor em Administração e Controladoria (UFC). Doutor em Administração de Empresas (Unifor). Analista de Controle Externo e Assessor da Vice-Presidência (TCE/CE). E-mail: gleison.diniz@tce.ce.gov.br

2 Doutor em Administração Pública e Governo (FGV/SP). Analista de políticas públicas (Ipece). E-mail: paulo.pontes@ipece.ce.gov.br

3 Mestre em Administração e Controladoria (UFC). MBA em Gestão Empresarial (Universidade Estácio de Sá). Gerente de Produtos e Serviços (BNB). E-mail: brunogoesp@gmail.com

Palavras-Chave: Gestão Pública Municipal. Portais Eletrônicos. Transparência Digital.

ABSTRACT

The paper deals with the digital transparency of information and services available in the municipal government websites in Ceará. This study aimed at analyzing the relationship between the level of digital transparency on websites of municipalities of Ceará and its political, social and economic indicators. The research is quantitative and used 64 general indicators for composition of a digital transparency index for each municipality. Data were collected from 157 active municipal government websites in Ceará, following a set of rules for web navigation and data retrieval. According to the parameters defined in the model, it can be inferred that the only political, social and economic indicators on the websites disclosed with significant levels of digital transparency were “digital inclusion”, “GDP *per capita*” and “revenues from transfers”.

Keywords: Municipal Public Management. Web Portals. Digital Transparency.

Recebido: 30-04-2020

Aprovado: 28-05-2020

1 INTRODUÇÃO

A prestação de contas, pelo poder público, tem sido cada vez mais exigida pela sociedade, e como reflexo da preocupação, foi criada a Lei da Transparência (BRASIL, 2009), que, entre outras imposições, prevê que os agentes públicos disponibilizem sua prestação de contas em meio eletrônico. Por conseguinte, os municípios, como instância de poder local,

vêm ampliando sua participação digital por meio de seus *sites*, constituindo-se como instrumentos de maior interação com os cidadãos.

De acordo com Rothberg (2008), a qualidade e a disponibilidade das informações dos portais eletrônicos governamentais tornam-se um sofisticado instrumento de democracia digital e sustentam a própria inserção política, pois poderão torná-la mais condizente com as demandas da cidadania.

A transparência nas ações dos governos é necessária para aumentar a confiança entre governantes e governados, sendo constantemente citada como responsável pela redução da corrupção e tornar as relações entre o Estado e os cidadãos mais democráticas.

Nesse contexto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) crescem em um ritmo acelerado no setor público, facilitando a comunicação e a interação do governo com a sociedade. Em outro passo, a transparência na gestão dos recursos públicos amplia sua relevância social e pode ser considerada como elemento central da democracia.

Ao considerar as mudanças políticas, sociais e econômicas que se relacionam à transparência dos atos dos gestores públicos e culminam em novos modelos de administração, observa-se, atualmente, maior exigência dos cidadãos com a condução da Gestão Pública.

A *internet* possibilita o atendimento da demanda crescente da sociedade por informações governamentais, ensejando o acesso dos cidadãos aos serviços do governo e facilitando o controle da gestão dos recursos públicos e da transparência da Gestão Pública, ou seja, caracterizando-se como veículo de participação popular na Administração Pública.

Esta pesquisa envolve a disponibilidade das informações produzidas em sítios eletrônicos, relacionadas à gestão dos recursos públicos, o que pode contribuir para o progresso da comunicação digital e da transparência das políticas públicas na internet, além de possuir intensa relevância com a prática da participação popular e do controle social como instrumentos de exercício da cidadania.

Com origem no debate acerca da gestão informacional, da utilização dos recursos públicos pelos gestores, dos fundamentos da democracia, da LRF, da LAI e do uso de portais eletrônicos, buscar-se-á responder ao seguinte problema de pesquisa: qual é a relação entre o nível de transparência digital dos *sites* dos municípios cearenses com seus indicadores políticos, sociais e econômicos?

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre o nível de transparência digital dos *sites* dos municípios cearenses com seus indicadores políticos, sociais e econômicos. De forma mais específica, busca-se identificar se a maior disputa política nos municípios contribui para uma maior transparência dos governos locais. O corpus empírico do estudo é formado pelos portais eletrônicos ativos de todos os municípios do Ceará. Essa escolha é justificada pelo fato de acreditar-se que os governos municipais são aqueles que estão mais próximos da população e, portanto, os que seriam mais facilmente fiscalizados por seus eleitores. Dessa forma, espera-se que o estudo possa constituir-se como importante instrumento de investigação acerca da transparência pública municipal, visando a contribuir para o fortalecimento da democracia, além de criar uma expectativa quanto à concepção do Estado com maior acessibilidade e visibilidade junto aos cidadãos.

Esse artigo está organizado em cinco seções, sendo a primeira a introdução; na segunda seção discorre-se sobre governo eletrônico, transparência digital e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico; na terceira seção apresenta-se a metodologia utilizada; na quarta, os resultados do modelo; e na quinta seção são tecidos alguns comentários conclusivos deste trabalho.

2 GOVERNO ELETRÔNICO, TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM VARIÁVEIS POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

Espera-se que, de uma forma geral, o uso e a expansão das TIC colaborem para a melhoria e ampliação da oferta de informações e serviços para os cidadãos por parte do governo, o que originou a unidade de ideias do governo eletrônico, também conhecido como e-Gov ou *e-Government*, expressões contraídas da dicção *eletronic government*. Com o governo eletrônico, a Administração Pública pode se tornar mais eficaz, eficiente e efetiva no que concerne à gestão da informação por meio da *internet*.

No raciocínio de Margetts (2010), o potencial do e-Gov foi anunciado várias vezes ao longo dos últimos 50 anos. Nos anos 1960 e 1970, quando os computadores começaram a aparecer nas organizações governamentais, servidores públicos já previam que as TIC revolucionariam a Administração Pública. Nas décadas de 1980 e 1990, os políticos disputavam o crédito pelo “governo da era da informática” e, no início do século XXI, com a expansão e acessibilidade à internet, as declarações sobre as transformações geradas pelas TIC se tornaram cada vez mais entusiásticas.

West (2004) relacionou algumas dificuldades que ainda precisam ser superadas quanto ao e-Gov, como: a falta de recursos para atender aos portadores de necessidades especiais; a necessidade de educação do cidadão quanto à disponibilidade de informações e serviços *on-line*; a preocupação da sociedade quanto à segurança e à privacidade dos *sites* do governo; e o custo de infraestrutura do governo eletrônico.

De forma efetiva, Moon (2002) realizou uma pesquisa em cerca de 2 mil sites governamentais e concluiu que o tamanho do município é um fator significativo para o desenvolvimento e a implementação do governo eletrônico, isto é, quanto maior e mais avançado for o governo, mais proativa e estratégica é a implementação do governo eletrônico. Sua pesquisa também comprovou que a falta de capacidade tecnológica, financeira e

de recursos humanos constitui o principal óbice para o avanço do e-Gov em muitos municípios. Styles e Tennyson (2007, p. 64) corroboram os achados de Moon, ao afirmar que “os municípios de maior porte tendem a apresentar maior nível de divulgação de informações acerca da gestão municipal”.

Sano (2012), ao analisar o estágio atual do e-Gov nos municípios brasileiros, conclui não haver uma evolução uniforme e contínua direcionada às etapas mais avançadas de e-Gov, mostrando a necessidade de avançar na identificação e análise dos fatores potenciais que dificultam ou promovem a adoção de instrumentações modernas de TIC pelos governos dos municípios do Brasil.

A transparência digital pressupõe o uso das TIC e do conceito de governo eletrônico para viabilizar novos canais de comunicação entre os agentes públicos e a sociedade. De acordo com Marcelino e Santos (2012), os projetos relacionados à transparência dos dados públicos e ao governo eletrônico propiciam melhor entendimento do cidadão acerca das informações públicas, tornando-as mais democráticas, acessíveis e transparentes.

A compreensão sobre as várias possibilidades de uso da *internet* pelo governo para tornar-se mais transparente configura-se como tentativa de avanço no conhecimento associado à tecnologia empreendida no desenvolvimento de serviços e informações à disposição do público.

A transparência representa a passagem de uma administração mais burocrática para uma de serviços e com maior participação popular, ao considerar que a informação disponibilizada de forma clara e tempestiva é um dos ícones da transparência pública.

No entendimento de Soares e Vicente (2011, p. 1-2), “a transparência da gestão pública pode assegurar a utilização dos recursos na promoção do desenvolvimento mais eficientemente, definir com mais precisão as responsabilidades dos gestores, promover mais a *accountability* e reforçar a participação da sociedade”.

Na óptica de Silva (2011), a transparência objetiva garantir aos cidadãos o acesso às informações sobre os governantes em qualquer período de sua atuação e ganhou notoriedade no Brasil com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (BRASIL, 2000), porém a transparência na Administração Pública ainda se encontra em um estágio incipiente, visto que a divulgação das informações públicas é processada em um ambiente cultural e político caracterizado por interesses e ideologias distintas.

Com amparo nessas considerações, é lícito supor que a transparência é um fator fundamental para dar visibilidade às ações do Poder Público. São os mecanismos de transparência ampliados por meio das tecnologias e por força das normas vigentes. Essa associação contribui para a transparência digital.

Pinho (2006) também argumenta que nos municípios mais desenvolvidos se encontram as melhores condições (políticas, sociais, econômicas e tecnológicas) para implantar portais eletrônicos mais modernos. Dessa forma, o autor assumiu a ideia de que o município é o ente federativo mais próximo dos cidadãos e ao qual esses buscam para prover suas demandas sociais principais. Acredita-se que isso pode potencializar o interesse da sociedade por informações relacionadas à gestão dos recursos públicos sob incumbência dos gestores municipais.

No Brasil, foram realizados alguns estudos relacionados à transparência e ao governo eletrônico, envolvendo *sites* municipais. Um exemplo é o trabalho de Amorim e Gomes (2013) que analisou como os governos das capitais brasileiras estão utilizando tecnologias digitais com base na internet para oferecer informações e serviços que visam à promoção de visibilidade e ao incremento da transparência da Gestão Pública, além de verificar se havia correlação entre o desempenho de cada governo no que tange à transparência digital e aos indicadores socioeconômicos dos municípios pesquisados. Verificou-se que as cidades pesquisadas aderiram ao governo eletrônico por meio de portais da transparência, porém isto não se realizou de forma voluntária, mas por força de lei. Percebeu-se, também,

que a transparência digital precisa avançar em relação às políticas de disseminação da informação, aos serviços de ouvidoria, ao funcionamento do município, ao portal da transparência e às informações financeiro-orçamentárias e, que os governos negligenciam as potencialidades das tecnologias direcionadas ao aperfeiçoamento dos valores democráticos.

Cruz *et al.* (2012) elaboraram pesquisa para identificar o nível de transparência das informações sobre a Gestão Pública divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios dos 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos poderiam contribuir para explicar o nível de transparência observado. As evidências empíricas apontaram para baixos níveis de transparência, vistos como incompatíveis com o nível de desenvolvimento econômico dos municípios. Além disso, concluiu-se que, no geral, havia associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação sobre a Gestão Pública observados nos sítios dos municípios brasileiros que compuseram a amostra do estudo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa tem natureza quantitativa, pois mensura, por meio de indicadores, as informações coletadas em cada *site* ativo dos municípios cearenses, com base em um roteiro de navegação orientada. Quanto à composição da população da pesquisa, foram levantados, com base em programas de busca da *internet*, os *sites* ativos do Poder Executivo de todos os municípios cearenses, constituindo-se como a fonte primária de dados do estudo. A coleta de dados da pesquisa foi realizada entre setembro e dezembro de 2014.

A investigação em todos os *sites* municipais cearenses justifica-se em razão de: maior abrangência da esfera geopolítica de atuação; maior proximidade do cidadão pela instância municipal; interesse geral pelo acompanhamento da evolução tecnológica dos *sites* municipais quanto

aos serviços e informações ofertados para a sociedade; e maior viabilidade, por meio dos *sites*, de promoção da transparência da gestão da informação sobre recursos públicos em todo o Estado cearense, sua Capital e Região Metropolitana.

Nesta pesquisa, foram analisados os sites ativos das 184 prefeituras municipais do Ceará, totalizando 157 portais eletrônicos. O estudo não considerou 27 sites municipais, em virtude de inexistência, desativação, construção, manutenção de parte dos sítios eletrônicos ou mesmo por se configurarem como *blogs*.

A coleta das informações foi realizada com suporte em observação sistemática por meio de um roteiro de navegação orientada. Conforme o modelo de transparência digital adotado para este estudo, Amorim (2012) estabeleceu a forma de percorrer os *links* e páginas, além dos conteúdos e informações necessárias para a análise dos portais. Em seguida, para propiciar um roteiro-padrão de navegação, foram estipulados itens relevantes para extrair a informação ideal de cada *site* analisado, observando-se os critérios relacionados às características gerais, técnicas e específicas dos portais.

Para consecução do modelo de análise de transparência digital, Amorim (2012) considerou dados, informações, serviços e transparência, compreendidos em três dimensões: 1. Informações gerais; 2. Informações e serviços técnicos; e 3. Informações e serviços específicos. Em função das informações e serviços relacionados à transparência digital de cada dimensão, foram definidas categorias de análise que, por sua vez, foram desdobradas em indicadores. As dimensões e suas finalidades, categorias de análise e indicadores estão sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1: categorias de análise e indicadores do modelo

Dimensão/Finalidades	Categorias de análise	Indicadores
<p>1. Geral: Identificar dados políticos, sociais e econômicos do município; verificar a localização do site, a existência do “portal da transparência”; e analisar a qualidade de sua visibilidade.</p>	<p>a) Município</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número efetivo de candidatos na disputa eleitoral para a Prefeitura; - Número efetivo de partidos na Câmara Municipal; - Similitude de partido entre prefeito e governador; - Se o partido do prefeito é de esquerda; - Alfabetismo (%); - Inclusão digital (%); - Taxa de urbanização (%); - PIB do município <i>per capita</i>; - Receitas de transferências correntes sobre receitas correntes (%).
	<p>b) <i>Internet</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Endereço eletrônico do portal; - Existência de portal da transparência; - Visibilidade do portal da transparência.
<p>2. Técnica: Verificar a organização e a arquitetura da informação, bem como a integração entre design, conteúdos e serviços, além da capacidade de comunicação de forma transparente com outros sistemas.</p>	<p>c) Usabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismos de busca; - Mapa do site; - Reconhecimento e orientação do sistema; - <i>Interface</i>.
	<p>d) Acessibilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Outros idiomas; - Acesso por pessoas com deficiência; - Multiplicidade de acesso; - Flexibilidade e eficiência do portal; - Código fonte e desenvolvedor do portal.
	<p>e) <i>Hiperlink</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Link para órgãos de apoio; - Link para organismos reguladores; - Link para o portal transparencia.gov.br; - Link para organismos da sociedade civil organizada.

Quadro 1: categorias de análise e indicadores do modelo (continuação)

<p>3. Específica: Compreender como o governo utiliza os mecanismos de internet no seu site para fornecer informações e serviços ao cidadão que possam favorecer o entendimento do funcionamento dos municípios; esclarecer sobre os menus de participação e deliberação; e propiciar canais de interação do governo com o cidadão.</p>	<p>f) Informações contextuais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lista das autoridades; - Disseminação da informação; - Conselhos municipais; - Ouvidoria.
	<p>g) Informações institucionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - História da cidade; - Uso do portal da transparência; - Legislações do município; - Funcionamento do município; - Meios de participação; - Programas e projetos do município; - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).
	<p>h) Informações financeiro-orçamentárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); - Lei de Responsabilidade Fiscal; - Despesas e receitas em tempo real; - Abertura de dados financeiros e orçamentários; - Anteprojeto da LDO e da LOA.
	<p>i) Informações administrativas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Informações noticiosas; - Pronunciamentos; - Folhas de pagamentos; - Licitações; - Decisões governamentais; - Abertura de dados administrativos; - Ações administrativas; - Espaços de participação; - Acompanhamento das políticas.
	<p>j) Comunicação com o público</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Meios de contato; - Presença em redes sociais; - Correio eletrônico; - Agenda pública; - Agenda do governo; - Manutenção do diálogo.
	<p>k) Responsividade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proatividade; - Atendimento on-line; - Respostas das autoridades; - Debate prévio; - Avaliação dos serviços do governo; - Perguntas e respostas frequentes; - Suporte ao usuário; - Acompanhamento das demandas.

Fonte: Adaptado de Amorim (2012).

Os indicadores definidos possibilitaram a composição do resultado das categorias de análise e dimensões do processo de avaliação dos sites. Os pontos conferidos a cada indicador equivaleram a um conceito. Conforme suas características e peculiaridades para realizar a aferição, cada indicador pôde receber dois conceitos (não localizado ou localizado), três conceitos (não existe, regular e muito bom) ou cinco conceitos (não existe, fraco, regular, bom e muito bom). Dessa forma, para efeito de análise, cada conceito correspondeu a uma pontuação, conforme se pode verificar no Quadro 2 (Amorim, 2012).

Quadro 2: pontuação dos conceitos dos indicadores

Para dois conceitos	Pontuação
Localizado	4
Não Localizado	0
Para três conceitos	Pontuação
Muito bom	4
Regular	2
Não existe	0
Para cinco conceitos	Pontuação
Muito bom	4
Bom	3
Regular	2
Fraco	1
Não existe	0

Fonte: Amorim (2012).

Amorim (2012) esclarece que, para o desenvolvimento do modelo, foram atribuídos pesos para as dimensões, categorias de análise e indicadores. Portanto, estes três parâmetros de análise foram avaliados mediante seus respectivos pesos. A partir daí, a nota de cada indicador foi resultante dos conceitos e dos pesos relacionados ao conjunto de aspectos que o

constituía. A pontuação de cada categoria de análise situou-se de 0 a 4, conforme a fórmula matemática seguinte:

$$C = \frac{\sum_{j=1, \dots, n} i_j}{10}$$

Em que:

C = pontuação da categoria de análise;

i = pontuação obtida no indicador; e

10 = peso total.

Para composição do resultado global da transparência digital de cada município, cada uma das dimensões (geral, técnica e específica) teve aplicado à sua nota um peso final (2, 2 e 6, respectivamente), considerando a relevância da dimensão para a análise da transparência digital. Por fim, considerou-se a seguinte fórmula para aferição da pontuação final:

$$ITD = \frac{DG * 2 + DT * 2 + DE * 6}{10}$$

Em que:

ITD = índice de transparência digital;

DG = dimensão geral;

DT = dimensão técnica;

DE = dimensão específica;

10 = soma dos pesos das dimensões.

Dessa forma, levando-se em conta o fato de que a escala de pontuação de Amorim (2012) variou de 0 a 4, dividiu-se a série ordenada (nesse caso, a escala de pontuação) em cinco intervalos para classificar a transparência digital quanto ao desempenho. Logo, para efeito de análise, o conceito global da transparência digital para cada site foi associado à sua

nota final, conforme o intervalo da escala de pontuação ou seu respectivo percentual de desempenho, apontados no Quadro 3.

Quadro 3: classificação e desempenho da transparência digital

Conceito global da transparência digital	Escala de pontuação – Intervalos	Escala percentual de desempenho
Transparência avançada (TA)	4 a 3,2	100% a 80%
Transparência significativa (TS)	Abaixo de 3,2 até 2,4	Abaixo de 80% até 60%
Transparência moderada (TM)	Abaixo de 2,4 até 1,6	Abaixo de 60% até 40%
Transparência fraca (TF)	Abaixo de 1,6 até 0,8	Abaixo de 40% até 20%
Transparência inexistente (TI)	Abaixo de 0,8	Abaixo de 20%

Fonte: Adaptado de Amorim (2012).

Pela impossibilidade de atribuição de pontuação conceitual dos indicadores da categoria de análise “município”, visto que não tinham como fonte de coleta os sites, optou-se por sua exclusão quanto à composição do Índice de Transparência Digital (ITD) de cada município cearense.

Com efeito, dentre as técnicas estatísticas definidas para a análise de dados dessa pesquisa, utilizou-se análise univariada e multivariada da transparência digital dos municípios cearenses com os indicadores políticos, sociais e econômicos definidos para o estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise dos dados obtidos pela pesquisa mencionada anteriormente, optou-se por realizar uma análise de correlação e uma de regressão, ou seja, uma análise univariada e outra multivariada. Relativamente à primeira análise, na concepção de Gujarati e Porter (2011), o principal objetivo da análise de correlação é medir a força ou o grau de associação linear entre duas variáveis.

Deve-se alertar, ainda, que essa análise é utilizada com variáveis de natureza quantitativa. Assim foram excluídas, nesse primeiro momen-

to, duas variáveis políticas de natureza qualitativa delineadas na seção da metodologia da pesquisa, especificamente na categoria de análise “município”: similitude de partido entre prefeito e governador; e se o partido do prefeito é de esquerda.

Optou-se pelo coeficiente de correlação de Pearson (ρ) para aferir o grau da correlação entre duas variáveis quantitativas. Conforme Kozak (2009), o coeficiente de correlação de Pearson (ρ) varia de -1 a 1. O sinal indica a direção (negativa ou positiva) entre as variáveis e o valor aponta a força de relação entre as variáveis. Dessa forma, uma correlação perfeita (-1 ou 1) aponta que o comportamento de uma variável está relacionado à outra. Já uma correlação de valor zero aponta que não há relação linear entre as variáveis.

Ainda assim, os valores extremos (0, -1 e 1) são dificilmente encontrados na prática. Nesse sentido, os pesquisadores podem interpretar de forma diferente a magnitude dos coeficientes. Nesta pesquisa, faz-se uso do entendimento de Dancey e Reidy (2006) para o coeficiente de correlação de Pearson (ρ), ou seja, quando $0,10 < |\rho| < 0,30$, a correlação é fraca; quando $0,30 \leq |\rho| < 0,70$, a correlação é moderada; e quando $0,70 \leq |\rho| < 1$, a correlação é forte.

Portanto, com base nas variáveis selecionadas, foram calculados os índices de correlação linear com o intuito de verificar se existem indícios de causalidade entre elas, conforme os resultados apresentados na sequência.

Uma vez efetuada a correlação linear, partiu-se para a técnica de regressão linear múltipla, ou seja, empregou-se a análise multivariada para possibilitar a formação de um modelo que identificasse que fatores contribuíram com a transparência digital nos municípios cearenses.

De acordo com Wooldridge (2011), em virtude de os modelos de regressão múltipla acomodarem diversas variáveis explicativas que podem estar correlacionadas, espera-se inferir causalidade nos casos em que a análise de regressão simples seria enganosa. Com a adição de mais fatores úteis a um modelo, o comportamento da variável dependente poderá

ser mais bem explicado, fazendo com que a análise de regressão múltipla possa ser utilizada para formar melhores modelos a fim de prever a variável dependente. Assim, foram adotadas as seguintes hipóteses a serem investigadas:

a) Hipótese 1 (H1) – A transparência digital dos *sites* dos municípios cearenses é influenciada por seus indicadores políticos.

b) Hipótese 2 (H2) – A transparência digital dos *sites* dos municípios cearenses é influenciada por seus indicadores sociais.

c) Hipótese 3 (H3) – A transparência digital dos *sites* dos municípios cearenses é influenciada por seus indicadores econômicos.

Para analisar a validade dessas hipóteses, foi estimado o seguinte modelo:

$$\log(\text{ITD}) = \beta_0 + \beta_1 \log(\text{NECDEP}) + \beta_2 \log(\text{NEPCM}) + \beta_3 \text{SPPG} + \beta_4 \text{ESQ} + \beta_5 \text{ALFAB} + \beta_6 \text{INCDIG} + \beta_7 \text{URB} + \beta_8 \log(\text{PIBPC}) + \beta_9 \text{RTCRC} + \varepsilon$$

Em que:

$\log(\text{ITD})$ = índice de transparência digital;

$\log(\text{NECDEP})$ = número efetivo de candidatos na disputa eleitoral para a Prefeitura;

$\log(\text{NEPCM})$ = número efetivo de partidos na Câmara Municipal;

SPPG = similitude de partido entre prefeito e governador;

ESQ = se o partido do prefeito é de esquerda;

ALFAB = alfabetismo (%);

INCDIG = inclusão digital (%);

URB = taxa de urbanização (%);

$\log(\text{PIBPC})$ = PIB do município per capita;

RTCRC = receitas de transferências correntes sobre receitas correntes (%);

ε = erro da regressão, que possui, por hipótese, distribuição normal.

Relativamente à variável “número efetivo de candidatas na disputa eleitoral para a Prefeitura”, considerou-se que uma maior concorrência na disputa eleitoral pode contribuir para que o governante eleito esteja mais atento quanto à transparência de sua gestão, como forma de preservar seu eleitorado da última eleição e atrair mais eleitores para o caso de uma re-eleição. Assim, espera-se que uma maior concorrência na disputa eleitoral tenha influência positiva no índice de transparência.

Os dados, da eleição de 2012, foram obtidos no site do TSE. Para o cálculo do número efetivo de candidatas, utilizou-se a fórmula proposta por Laakso (1977):

$$NECDEP = \frac{1}{\sum_{i=1}^n CE^2}$$

Em que:

NECDEP = número efetivo de votos no primeiro turno dos candidatos a prefeito; e

CE = participação percentual de votos, no primeiro turno, dos candidatos efetivos a prefeito.

Quanto a segunda variável, o “número efetivo de partidos na Câmara Municipal”, espera-se que um maior número de partidos esteja relacionado a maior oposição em relação ao partido do prefeito, intensificando-se o nível de fiscalização de sua gestão pelos vereadores dos partidos de oposição e, conseqüentemente, cobrança de maior transparência na gestão municipal. Para o cálculo dessa variável, utilizou-se informações da eleição de 2012, constantes no site do TSE, sendo utilizada a fórmula proposta por Laakso (1977):

$$NEPCM = \frac{1}{\sum_{i=1}^n PE^2}$$

Em que:

NEPCM = número efetivo de partidos na Câmara Municipal; e

PE = participação percentual de partidos efetivos na Câmara Municipal.

Já a variável “alfabetismo” foi incluída no estudo, pois é esperado que por meio da alfabetização o governo possa propiciar igualdade de condições, independência e liberdade para que a população possa exercer o seu direito de cidadania.

Teixeira (2012) concebe o analfabetismo como um obstáculo para a consolidação de uma sociedade livre, justa e solidária, considerando-a como um requisito para a própria existência da democracia. Então, acredita-se que por meio da alfabetização o povo possa se inserir nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais dos municípios, além de desenvolver o senso crítico e a capacidade de participar da vida pública, atentando para as iniciativas dos governantes na condução das políticas públicas municipais. Dessa forma, espera-se que a alfabetização também possa contribuir para a melhoria da transparência pública.

O uso da variável “inclusão digital”, por sua vez, é justificado por acreditar-se que ela seja um fator de grande relevância quanto à fiscalização das ações governamentais pela população via sites. Dessa maneira, acredita-se que a inclusão digital possa influenciar e estar associada à promoção de maior transparência da Gestão Pública. Os dados relacionados à inclusão digital foram disponibilizados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base no processamento dos microdados do censo do IBGE em 2010.

A “taxa de urbanização”, por sua vez, foi incluída na análise por acreditar-se que ela está associada à ampliação da demanda por serviços públicos nos municípios, além de propiciar maior aproximação da população dos gestores públicos. Como consequência, é necessário que os governantes atentem para a formulação e implantação de políticas públicas voltadas para infraestrutura e crescimento econômico. Portanto, espera-se

que a transparência da gestão municipal possa caminhar em paralelo ao fenômeno da urbanização. (IBGE, 2010).

O “PIB *per capita*” foi incluído na análise pois verifica-se uma correlação positiva desse indicador com o índice de abertura orçamentária (OLIVEIRA; SILVA; MORAES, 2008). De forma análoga, com a utilização dos dados do Censo do IBGE em 2010, verificou-se a correlação entre o “PIB *per capita*” e o “índice de transparência digital dos municípios cearenses”.

Alguns estudos empíricos demonstraram que as transferências intergovernamentais possuem efeito mais expansivo sobre as despesas das jurisdições receptoras de tais transferências do que aumentos equivalentes na renda de seus contribuintes, ocasionando o efeito conhecido como *flypaper effect* (WYKCOFF, 1991; COSSIO; CARVALHO, 2000).

Portanto, a escolha do indicador “receitas de transferências correntes sobre receitas correntes” considerou que a maior dependência dos municípios de transferências intergovernamentais pode ser um indicativo de menor transparência na Gestão Pública, sugerindo que os municípios estariam menos interessados em fiscalizar de maneira mais próxima os gastos dos governantes e exigir maior transparência na sua gestão. Com apoio nos dados do Finanças do Brasil da Secretaria do Tesouro Nacional (Finbra/STN), em 2013 realizou-se o estudo de correlação do indicador com o índice de transparência digital dos municípios cearenses.

Por fim, para testar a hipótese H1, ou seja, confirmar ou não se a transparência digital dos *sites* dos municípios cearenses é influenciada por seus indicadores políticos, fez-se a inclusão de duas variáveis independentes não métricas ou variáveis *dummy*: “similitude de partido entre prefeito e governador”; e se o “partido do prefeito é de esquerda”. No Quadro 4 é mostrada a classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros (MIZUCA, 2007; KLEIN, 2012; RODRIGUES, 2002).

Quadro 4: classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros

Esquerda	Centro	Direita
PT, PDT, PSB, PPS, PV, PMN, PHS, PT do B, PRTB, PC do B, PTN.	PMDB, PSDB, PROS.	PFL, PP/PPB, PTB, PL, PSD, PSC, PRP, PSL, PSDC, PST, PTC, PRONA.

Fonte: Adaptado de Mizuca (2007), Klein (2012) e Rodrigues (2002).

Dadas essas considerações, são apresentados na Tabela 1 os coeficientes de correlação das variáveis selecionadas com o índice de transparência. Como se pode observar, a correlação entre o número efetivo de candidatos e a transparência digital se mostrou positiva com um coeficiente ρ de 0,1254, sugerindo que existe fraca relação entre as variáveis, ou seja, há baixa tendência de aumento do “índice de transparência digital” nos municípios cearenses a partir do “número efetivo de candidatos na disputa eleitoral para a Prefeitura”, contrariando o comportamento inicialmente esperado para essa variável.

Tabela 1: coeficiente de correlação entre as variáveis selecionadas e o índice de transparência

	NECDEP	NEPCM	Alfabetismo	Inclusão digital	Urbanização	PIB PC	Transf. correntes
Transp. Digital	0,1254	0,2080	0,3005	0,3941	0,3314	0,4019	-0,3866

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

Já a correlação entre a transparência digital e o número efetivo de partidos na Câmara Municipal se mostrou positiva com um coeficiente de 0,2080, indicando que existe fraca relação entre as variáveis, ou seja, há baixa tendência de ampliação do “índice de transparência digital”, com suporte no “número efetivo de partidos na Câmara Municipal”. Para o índice de alfabetismo, apresentou-se um coeficiente de 0,3005, implicando uma relação moderada entre as variáveis, ou seja, a tendência é que o

aumento do “alfabetismo” esteja associado ao crescimento do “índice de transparência digital” nos municípios cearenses.

O coeficiente de correlação do índice de transparência digital com a inclusão digital foi de 0,3941, sugerindo uma relação moderada entre as variáveis, ou seja, espera-se que o aumento da “inclusão digital” esteja associado ao aumento do “índice de transparência digital” nos municípios cearenses. Há também uma associação positiva entre o índice de transparência digital e a taxa de urbanização, dado pelo coeficiente de 0,3314, sugerindo uma relação moderada entre as variáveis, ou seja, espera-se que o aumento da “taxa de urbanização” possa influenciar o aumento do “índice de transparência digital” nos municípios cearenses.

Sobre o “PIB *per capita*”, nota-se que há relação positiva entre as duas variáveis de 0,4019, o que significa existir uma relação moderada entre as variáveis, ou seja, é esperado que o “índice de transparência digital” seja maior nos municípios cearenses com maiores “PIB *per capita*”. A única relação negativa, como era esperada, foi observada entre o índice de transparência e o “percentual de receitas de transferências correntes sobre receitas correntes”, com um coeficiente ρ de -0,3866.

4.1. Análise multivariada da transparência digital dos municípios, com os indicadores políticos, sociais e econômicos

Na concepção de Wooldridge (2011), em virtude de os modelos de regressão múltipla acomodarem diversas variáveis explicativas que podem estar correlacionadas, espera-se inferir causalidade nos casos em que a análise de regressão simples seria enganosa. Com a adição de mais fatores úteis a um modelo, o comportamento da variável dependente poderá ser mais bem explicado, fazendo com que a análise de regressão múltipla possa ser utilizada para formar melhores modelos a fim de prever a variável dependente.

A regressão linear múltipla foi utilizada para aperfeiçoar a capa-

cidade de predição do índice de transparência digital, desde a seleção de variáveis independentes (explicativas) que pudessem ter maior associação com a variável dependente (explicada). Portanto, foram testados os efeitos preditivos das variáveis independentes selecionadas em relação à variável dependente – o índice de transparência digital – possibilitando-se verificar quais foram as variáveis que mais influenciaram os níveis de transparência digital dos municípios cearenses.

O estudo envolveu quatro modelos estatísticos formados com base numa miscelânea entre as variáveis políticas, sociais e econômicas. No primeiro modelo, optou-se pela inserção de três variáveis sociais (alfabetismo, inclusão digital e urbanização) e uma econômica (log do PIB *per capita*). No segundo, acrescentou-se ao primeiro modelo uma variável econômica (receitas de transferências correntes sobre receitas correntes). No terceiro modelo, acrescentou-se ao primeiro modelo as variáveis políticas (log do número efetivo de candidatos na disputa eleitoral para a Prefeitura, log do número efetivo de partidos na Câmara Municipal, similitude de partidos entre prefeito e governador e se o partido do prefeito é de esquerda). Por último, foram agrupadas no quarto modelo todas as variáveis independentes do estudo.

Assim, na Tabela 2 são apresentados os resultados da estimação do modelo exposto anteriormente e é possível verificar que em todas as estimativas as variáveis “inclusão digital” e “PIB *per capita*” se mostraram significantes para explicar o índice de transparência digital nos municípios cearenses, ou seja, tais variáveis exercem influência positiva quanto à transparência digital desde o modelo utilizado nesta pesquisa. A variável “receitas de transferências correntes sobre receitas correntes” também se mostrou significativa, porém, como era esperado, com influência negativa para o Índice de Transparência.

Tabela 2: estimação dos índices de transparência digital nos municípios cearenses

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
NECDEP			-0,00513	-0,00252
			(0,0476)	(0,0465)
NEPCM			-0,00681	-0,01360
			(0,0440)	(0,0459)
SPPG			-0,07920	-0,07520
			(0,0541)	(0,0543)
ESQ			0,03500	0,03340
			(0,0316)	(0,0329)
ALFAB	-0,00393	-0,00482	-0,00383	-0,00451
	(0,00452)	(0,00448)	(0,00468)	(0,00468)
INCDIG	0,01050**	0,00913*	0,01070**	0,00927*
	(0,00461)	(0,00474)	(0,00480)	(0,00482)
URB	0,000464	0,00042	0,00069	0,00067
	(0,00145)	(0,00144)	(0,00146)	(0,00145)
PIBPC	0,15900***	0,11400*	0,15800***	0,11500*
	(0,0572)	(0,0606)	(0,0565)	(0,0600)
RTCRC		-0,70400*		-0,67300*
		(0,359)		(0,392)
Constante	-0,79700	0,31800	-0,79400	0,26800
	(0,488)	(0,658)	(0,485)	(0,680)
Número de observações	157	153	157	153
F	11,06	9,60	5,39	5,82
Graus	(4, 152)	(5, 147)	(8, 148)	(9, 143)
<i>p-value</i>	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
R ²	0,117	0,129	0,131	0,142

Fonte: Elaborada pelos autores (2016).

Notas: 1. Os modelos foram estimados pelo método dos mínimos quadrados generalizados (MQG). Os números da tabela representam os coeficientes estimados e os erros-padrão (entre parênteses) referentes às estimações dos modelos. ***, ** e * denotam a significância estatística dos coeficientes em 1%, 5% e 10%, respectivamente;

2. Os Municípios de Aracati, Graça, Poranga e Quiterianópolis não tiveram suas receitas de transferências correntes divulgadas pelo Finbra/STN, diminuindo a quantidade de observações nos modelos 2 e 4.

N. obs. = número de observações.

Em relação às hipóteses do estudo, foi proposta inicialmente a influência dos indicadores políticos no índice de transparência digital por meio da hipótese 1 (H1). Comprovou-se que as variáveis políticas utilizadas na pesquisa não exercem influência na transparência digital, pois não foi possível inferir que exista maior transparência digital com a concorrência mais acirrada na disputa eleitoral, da maior oposição ao prefeito na Câmara Municipal, da convergência de ideologias políticas entre prefeito e governador, além de prefeituras que possuem prefeitos vinculados a partidos de esquerda. Dessa forma, rejeitou-se a hipótese inicial.

Na hipótese 2 (H2), relacionada ao comportamento dos indicadores sociais sobre o índice de transparência digital, percebeu-se que a variável “inclusão digital” exerceu influência significativa sobre ela. Pode-se reforçar a importância dessa variável, pois, com o acesso da população às TIC, é possível que os cidadãos exerçam o controle social de modo mais próximo à Prefeitura, associado à divulgação de informações, serviços, relatórios de prestações de contas e cumprimento das exigências legais por parte dos gestores. Por outro lado, as variáveis “alfabetismo” e “taxa de urbanização” não exerceram influência significativa na transparência digital. Portanto, com base nas variáveis sociais selecionadas para o estudo, a hipótese foi parcialmente confirmada.

Quanto à hipótese 3 (H3), as variáveis econômicas privilegiadas no estudo foram “PIB *per capita*” e “receitas de transferências correntes sobre receitas correntes”. Estas variáveis econômicas influenciaram a transparência digital, o que permitiu a não rejeição da hipótese nula. Quanto ao PIB *per capita*, sugere-se que, quanto maior a renda da população, pode existir maior circulação da economia local, incremento de oportunidades quanto à educação, maior aquisição de recursos tecnológicos pelos cidadãos e níveis mais elevados de investimentos pela Prefeitura em acesso digital.

As transferências de receitas correntes sobre as receitas correntes sugerem que o aumento dos gastos públicos municipais, decorrente de transferências intergovernamentais, pode influenciar negativamente na

transparência digital. Vale ressaltar que as transferências governamentais para os municípios podem ser verificadas no portal da transparência estadual⁴ que, por sua vez, precisaria ser mais bem difundido à população dos municípios.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa concentrou-se na análise da transparência digital dos municípios cearenses quanto às informações disponibilizadas em seus portais eletrônicos. É notável que a transparência, como elemento característico da democracia, é cada vez mais exigida dos gestores públicos, seja pelos órgãos fiscalizadores ou mesmo pela população ao exercer o controle social.

A pesquisa teve como objetivo verificar a relação entre o nível de transparência digital dos *sites* dos municípios cearenses e seus indicadores políticos, sociais e econômicos. Em relação à influência das variáveis políticas no índice de transparência digital dos municípios cearenses, constatou-se que esta não é induzida pelo número efetivo de candidatos em disputa eleitoral para a Prefeitura, tampouco pelo número efetivo de partidos na Câmara Municipal, após considerar o fato de que uma maior oposição ou cobrança dos gestores públicos poderia se traduzir em maior transparência. Da mesma forma, a similitude de partido entre prefeito e governador, assim como o prefeito pertencer a um partido de esquerda, não sugerem maior transparência digital.

Isso pode sugerir que a ampliação da transparência digital, com base nas iniciativas dos gestores municipais, não ocorre por meio de competição, concorrência, oposição ou semelhança de ideias com o governo, mas por fatores distintos e exógenos, como é o caso de imposições quanto ao cumprimento das leis, recebimento de recursos e celebração de convê-

4 Disponível em: <http://www.transparencia.sp.gov.br/>. Acesso em: 3 out. 2019.

nios. Nesse sentido, pode-se reforçar a importância dos órgãos de controle externo no cumprimento de suas missões institucionais.

Quanto à influência das variáveis sociais no índice de transparência digital dos municípios cearenses, inferiu-se que a transparência digital não é influenciada pelo alfabetismo e pela taxa de urbanização dos municípios, mas é motivada pela inclusão digital. Nesse âmbito, a ampliação do acesso público às tecnologias de informação nos municípios torna-se condição essencial para viabilizar a transparência e a democracia digital. Portanto, é reforçada a emergência de superar a exclusão digital para inserir os cidadãos nos processos de decisão das políticas públicas, embora se perceba que a participação digital tenha um viés na inclinação política dos gestores públicos.

No que concerne à influência dos indicadores econômicos no índice de transparência digital dos municípios cearenses, evidenciou-se que o PIB *per capita* e as receitas de transferências correntes sobre receitas correntes são variáveis condicionadoras da transparência digital. Dessa forma, percebe-se que um incremento no PIB *per capita* dos municípios possa indicar maior transparência digital, ou seja, com base em uma renda média mais elevada nos municípios, é possível que haja reflexos na educação da população, incremento de seu acesso aos meios digitais de comunicação e, conseqüentemente, cobrança de maior transparência nas contas públicas. Em sentido oposto, conclui-se que as receitas de transferências correntes sobre receitas correntes possam indicar que a forma de aquisição de recursos financeiros e orçamentários dos municípios, constituídos em grande parte das transferências governamentais, em vez de arrecadação própria, pode desencorajar os munícipes a exigir maior transparência na Gestão Pública.

A pesquisa registrou algumas limitações, como: 1. a população da pesquisa compreendeu apenas os municípios com *sites* ativos, visto que 27 prefeituras, o que corresponde a 14,67% dos municípios cearenses, possuíam *canais* inativos em virtude de inexistência, desativação, manu-

tenção, construção ou por se caracterizarem com *blogs*; 2. a transversalidade do método ou dimensão da pesquisa, considerada ocasional, visto que os resultados denotaram a perspectiva de um momento específico em que se constituiu o estudo; 3. a inobservância de aspectos da cultura local de cada município para compreender o seu histórico de iniciativas voltadas à constituição da transparência digital; 4. a celeridade das mudanças nas TIC, como das informações e serviços ofertados nos *sites*; e 5. a quantidade reduzida de estudos, com foco na transparência digital, realizados nos municípios brasileiros.

Por último, são propostos alguns trabalhos posteriores que possam trazer benefícios diretamente relacionados à Administração Pública e à sociedade, como: 1. ampliar a pesquisa em municípios de outros estados brasileiros, abrangendo as demais regiões geográficas, para detectar diferenças em relação aos municípios cearenses e sugerir oportunidades de melhorias na transparência digital; 2. realizar estudo longitudinal para analisar as variações nas características dos *sites* em momentos distintos, permitindo maior compreensão quanto à evolução da transparência digital nos municípios cearenses, além da adesão de novos *sites* ativos; 3. introduzir variáveis culturais e identificar novos indicadores políticos, sociais e econômicos que possam influenciar na transparência digital, com supedâneo no modelo aplicado na pesquisa; 4. apresentar novos indicadores para o modelo de pesquisa que guardem relação com a transparência e estejam em conformidade com as necessidades e interesses voltados à democracia digital; e 5. comparar a evolução da transparência digital nos municípios brasileiros com os de outros países.

REFERÊNCIAS

AMORIM, P. K. D. F. **Democracia e internet**: a transparência de gestão nos portais eletrônicos de capitais brasileiras. 2012. 336 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

AMORIM, P. K. D. F.; GOMES, W. O estado da transparência digital das capitais brasileiras: um estudo sobre e-transparência fiscal. *In: CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA*, 5., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Compólitica, 2013. p. 1-25.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/1qcrOii>. Acesso em: 15 ago. 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2lygWIR>. Acesso em: 20 ago. 2013.

COSSIO, F. A. B.; CARVALHO, L. M. Os efeitos expansivos das transferências intergovernamentais e transbordamentos espaciais de despesas públicas: evidências para os municípios brasileiros: 1996. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2000.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**: usando SPSS para Windows. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese dos indicadores: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KLEIN, F. A. **Elections and fiscal policy at the municipal level in Brazil**. 2012. 102 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

KOZAK, M. What is strong correlation? **Teaching Statistics**, [s. l.], v. 31, p. 85-86, 2009.

LAAKSO, M. Proportional methods of representation and fragmentation of the Finnish political system. **Politiikka**, Helsinki, n. 3, p. 202-225, 1977.

MARCELINO, C. W.; SANTOS, C. A. F. A tecnologia da informação e a participação popular: estudo de caso do projeto transparência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2012. p. 1-16.

MARGETTS, H. Governo eletrônico: uma revolução na Administração Pública? *In*: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (org.). **Administração Pública**: coletânea. São Paulo: Unesp, 2010.

MIZUCA, H. D. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004.** 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOON, M. J. The evolution of e-government among municipalities: rhetoric or reality? **Public Administration Review**, Hoboken, v. 62, n. 4, p. 424-433, 2002.

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, A. M. C.; MORAES, M. C. C. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p. 5-11, 2008.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de Estados no Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: EnANPAD, 2006. p. 1-14.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados.** São Paulo: Edusp, 2002.

ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 149-172, 2008.

SANO, H. Governo eletrônico nos municípios brasileiros: um conto de fadas da web 1.0? *In*: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 5., 2012, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: EnAPG, 2012. p. 1-16.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 2011.

SOARES, L. L.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de compras públicas nos sites das capitais dos Estados do Brasil. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011. p. 1-17.

STYLES, A. K.; TENNYSON, M. The accessibility of financial reporting of U.S. municipalities on the internet. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, Bingley, v. 19, n. 1, p. 56-92, 2007.

TEIXEIRA, P. A. P. Direito fundamental à alfabetização. **Universitas/JUS**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 41-52, 2012.

WEST, D. M. E-government and the transformation of service delivery and citizen attitudes. *Public Administration Review*, Hoboken, v. 64, n. 1, p. 15-27, 2004.

WOOLDRIDGE, J. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

WYKCOFF, P. G. The elusive flypaper effect. *Journal of Urban Economics*, Amsterdã, v. 30, n. 3, p. 310-328, 1991.